



Agroubano reúne esperança de 100 famílias na terra

A rroz, milho, feijão e mandioca serão os primeiros e generosos frutos do trabalho de cem famílias de agricultores, envolvidos há quatro meses em uma experiência pioneira no Distrito Federal: o Combinado Agroubano, instalado em terras antes pertencentes à Granja do Ipê e Granja do Riacho Fundo. Misturando à terra suas esperanças de uma vida melhor e um clima sempre previsível, eles trabalham no primeiro dos cinco núcleos agroubanos projetados pelo GDF, que já sedimenta o caminho para torná-los autogestionados.

constante de técnicos da Emater encarregados da assistência em todas as fases do cultivo: "eles estão sempre por aqui, orientando a gente, dando instruções para evitar erros".

RESTRICÇÕES

Um outro problema afligiu os trabalhadores na fase inicial do projeto: a proibição de se afastarem dos lotes para prestar serviços remunerados em fazendas e sítios da redondeza, de modo a compensar as lacunas abertas no orçamento familiar pela insuficiência do crédito de custeio obtido. A restrição afetava até mesmo os filhos dos responsáveis pelo contrato de usufruto do lote, e foi superado, segundo Germano Tolentino, graças à transigência do secretário de Agricultura, Leone Teixeira de Vasconcelos: "ele permitiu que uma pessoa da família trabalhasse fora dois dias da semana para ajudar no sustento da casa".

O contingente de mão-de-obra empregada no cultivo dos lotes é formado exclusivamente por membros da família. É um contingente numeroso, que envolve o trabalhador responsável pelo contrato de uso do lote, a mulher e os filhos, tenham eles 10 ou 20 anos. Invariavelmente, vários garotos em torno de 10 anos manuseiam enxadas e pás para eliminar o mato incipiente entre as fileiras das culturas ou revolver o adubo orgânico amontoado no início de cada lote.

Pais e filhos asseguram que a tarefa não está acima da força das crianças. Segundo Germano, "eles estão acostumados a trabalhar no pesado porque nasceram na roça e sabem que vão crescer por aqui. Então, se acostumam logo cedo a enfrentar o serviço". A utilização das crianças é um imperativo ditado pelo fato de que há poucos filhos adultos entre a população de cerca de 700 pessoas residente na agrovila.

No lado do pai, Gedeon Lustosa Gomes, de 12 anos, manuseia uma enxada sem evidenciar sinais de cansaço ou contrariedade com o trabalho. Sorridente, explica que gosta de "trabalhar com a terra" e não se queixa de escassez de opções de lazer: "tem um campinho de futebol que a gente fez e um de vôlei pra gente passar o tempo, quando não está na roça. E a gente acaba se acostumando a gostar de ficar aqui porque esse trabalho é o que a gente sabe fazer e gosta".

ADRIANO DE SOUZA
Da Editoria de Cidade

Na fase terminal do ciclo de governos militares, a granja do Ipê aparecia em relevo na geografia do poder, por abrigar a intimidade de condessáveis do regime — os ex-ministros Golbery do Couto e Silva e Leitão de Abreu — que a utilizavam como residência oficial. Raspado o verde-oliva da fachada do poder, o arame farpado que cerca a área protege agora as aspirações de cem famílias de trabalhadores rurais assentadas em lotes do Combinado Agroubano de Brasília.

O projeto foi gestado ao longo do ano passado nos gabinetes da Secretaria de Agricultura e Produção do GDF e tenciona criar um modelo made in cerrado de reforma agrária. Cada família recebeu uma casa e um lote de 6 hectares para cultivar arroz, feijão, milho, soja e mandioca, e, a partir de outubro próximo, cítricos. Essa centena de famílias compõe o primeiro grupo de beneficiários da pretensão reformista do GDF, que prevê para fevereiro o assentamento de número idêntico em outra área do Ipê. O GDF quer implantar cinco Combinados Agroubanos, aproveitando faixas de terra do Ipê e da granja do Riacho Fundo, também incorporada ao projeto.

CRÍTICAS

Para conquistar a casa e o lote, os cem trabalhadores rurais superaram um processo seletivo que atraiu 15 mil pessoas aos 83 postos espalhados em áreas urbanas e rurais do Distrito Federal. Eles são parte do vasto contingente de sem-terras que vendem sua vocação agrícola



Gedeon Gomes, 12 anos

aos proprietários de fazendas, sítios, granjas e chácaras do DF e cidades contíguas de Minas Gerais e Goiás. E embora exibam inequívocos sinais de contentamento pelo direito de uso remunerado dos lotes durante 15 anos, criticam as deficiências que subsistem à implantação do projeto, inaugurado oficialmente dia 4 de novembro pelo governador José Aparentado.

Os trabalhadores cobram do GDF a consolidação da infraestrutura prometida no início da execução do projeto (construção de escola, posto médico, armazém comunitário e áreas de lazer), e a garantia de transporte específico ou de acesso aos ônibus que trafegam na rodovia localizada a 1.500 metros da área loteada. "A gente tem problemas sérios de transporte porque não há parada definida na pista perto daqui e os motoristas dos ônibus que vão para o Gama dificilmente param quando a gente pede", lamenta Germano Gomes Tolentino, 41 anos, 5 filhos, originário da Fazenda Tamanduá, no Gama.

Ele deplora a inexistência de escola de 1º grau na agrovila, o que força as crianças em idade escolar a caminhadas de 4,5 quilômetros até a residência do Ipê, que sedia o educandário provisório instalado pelo GDF. "A distância é muito grande pra se andar todo dia. E ainda tem outro problema: os alunos mais adiantados, da 6ª série pra frente, têm que estudar em Taguatinga e por aqui não há transporte de graça. Eles prometeram passes, mas até agora não tem nada certo", acrescenta Germano.

Para garantir a alimentação da família e a aquisição de mais adubo e sementes além das cotas fornecidas pelo GDF, o Banco de Brasília franqueou acesso ao crédito de custeio agrícola. Cada usuário recebeu Cz\$ 16,5 mil, mas somente a primeira parcela já foi liberada. Os juros são os costumeiros para operações do gênero — 10 por cento ao ano — e o montante do financiamento é considerado insuficiente para cobrir as exigências do plantio e assegurar a compra de alimentos e utensílios domésticos. O crédito é pouco demais", sentencia Francisco Ferreira de Souza, oriundo do sítio Ponte Alta, no Gama. "A safra só vai começar em março e até lá a gente vai ter que se virar para comprar comida. Mas infelizmente é o que a gente podia tirar do banco. O jeito é ir apertando aqui e ali para agüentar até a colheita".

Francisco faz também elogios ao projeto, "uma coisa boa que dá terra pra quem não tem e quer trabalhar" e ratifica as críticas pela falta de escola, área de lazer, armazém comunitário e, com mais ênfase, do posto médico: "disseram que a partir desse mês um médico viria aqui duas vezes por semana, mas até agora esse atendimento não começou". O trabalhador elogia, contudo, a presença